



Interpeção Escrita

A recuperação dos terrenos abandonados e a sua utilização para a construção de habitação pública é um dos assuntos de maior relevância da política de habitação a médio prazo. Em Dezembro de 2014, apresentei uma interpelação escrita sobre o assunto, solicitando ao Governo que, para efeitos de fiscalização do público, divulgasse as informações relativas aos 48 terrenos abandonados, uma vez que já tinha afirmado, várias vezes e publicamente, que estava a envidar esforços para os reaver. Recebi a resposta por escrito do Director da DSSOPT, que, para além de referir que não podia divulgar mais nada, afirmou ainda que: “para análise e apuramento da responsabilidade, será necessário um período de tempo relativamente mais longo, para averiguar se houve atraso por parte da Administração na apreciação do projecto ou se houve necessidade de alteração do plano urbanístico, ou ainda se o facto se deve a especulação por parte do próprio concessionário”.

Suspeita-se que esta resposta venha contrariar uma promessa já assumida, e houve mesmo alguém, de entre a população, que questionou, junto de deputados à Assembleia Legislativa, se as autoridades teriam a intenção de, à porta fechada, “deixar em paz” os terrenos por aproveitar que se encontram nas mãos de alguns poderosos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em 2009, o Governo começou a acelerar o ritmo de tratamento dos terrenos concedidos e não aproveitados no prazo devido, e após vários anos de estudo e apreciação, divulgou que, em relação a 48 dos 113 terrenos não aproveitados, a responsabilidade cabia ao concessionário. Se a responsabilidade é do concessionário, porque é que agora o novo dirigente veio dizer, de repente, que “será necessário um período de tempo relativamente mais longo, para averiguar se houve atraso por parte da Administração na apreciação do projecto ou se houve necessidade de alteração do plano urbanístico, ou ainda se o facto se deve a especulação do próprio concessionário”? Será que o Governo está a contrariar a sua promessa? Será que vai aproveitar a oportunidade para “deixar em paz” os terrenos, nos quais estão envolvidos alguns poderosos?
2. Segundo o Governo, dos 48 terrenos cujo estado de abandono é imputável aos concessionários, 12 estão localizados na península de Macau, pelo menos 1 destinado a fins habitacionais e 3 a fins habitacionais e comerciais, e 36 estão localizados nas ilhas, pelo menos 4 destinados a fins habitacionais, 12 destinados a fins habitacionais e comerciais, e 1 destinado à construção de hotéis, residências e estabelecimentos comerciais. Assim sendo, há que dar início ao processo judicial de declaração de caducidade dos terrenos abandonados, que integram a lista



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos referidos 48 terrenos, e que podem ser disponibilizados para a construção de habitações e de habitações públicas. Isso vai ser feito?

3. Se o Governo admite que o abandono dos terrenos em causa é imputável aos concessionários (contrariamente ao que afirmou o novo dirigente: “será necessário um período de tempo relativamente mais longo, para averiguar se houve atraso por parte da Administração na apreciação do projecto ou se houve necessidade de alteração do plano urbanístico, ou ainda se o facto se deve a especulação do próprio concessionário”), deve então divulgar, de imediato, todas as informações respectivas, para efeitos de fiscalização do público. Vai fazê-lo?

16 de Fevereiro de 2015

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ng Kuok Cheong